

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: militares

Data 23.12.91 Pg.: 59

Os militares e a Amazônia

FAY HAUSSMAN

Li com espanto denúncias do ex-ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, sobre a existência "de um movimento internacional para acabar com a soberania brasileira na Amazônia", e sua declaração de ódio ao secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger. Se for mesmo verdade que Lutzenberger está oferecendo pedaços da Amazônia brasileira a estrangeiros qualificados, por favor, considero-me altamente qualificada a obter um pequeno lote (dez hectares?) — e me comprometo a caçar, e até assar, micos-leões para alimentar, adequadamente, os meninos nordestinos famintos. Não foi isso que o Leônidas quis sugerir?

Tive oportunidade de conhecer quase toda a Amazônia brasileira. Também conheci militares, de graus modestos e sem ideologia castrense ofensiva, empenhados no desenvolvimento da região. Minha primeira viagem, em novembro de 1971, foi a Porto Velho, para visitar o câmpus avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fiquei hospedada no próprio câmpus, que funcionava num prédio concedido pelo 5º Batalhão de Engenheiros de Construção do Exército. O 5º BEC tinha como missão principal a construção e manutenção de rodovias e considerava a abertura da BR-364, ligando Cuiabá e Porto Velho e mais tarde até Rio Branco, seu maior sucesso.

Para mim, o grande sucesso do 5º BEC foi, como posto avançado da civilização — com famílias, escola, hospital, farmácia, granja e supermercado eficientes —, ter formado um tampão

humano entre a população de Porto Velho e os estudantes que chegavam do Sul para assistir essa mesma população, exercendo suas futuras profissões. Quando a primeira turma da URGs chegou, em maio de 1971, os cidadãos já tinham quatro anos de convivência com o pessoal do 5º BEC. Eles aceitaram essa jovem "elite" vinda de fora quase sem críticas, e até com uma certa condescendência.

Na minha última visita a Rondônia, em 1988, encontrei Porto Velho inchada de migrantes, garimpeiros e do mais diverso pessoal, sem destinação nem meta visíveis. No 5º BEC, um sargento me disse: "Acabou o pioneirismo. Concluída a pavimentação da BR-364 até Rio Branco, nossa única meta aqui será a manutenção das ruas da cidade". Sem dúvida, ele também estava desalentado pelo fluxo incontrolável de migrantes do Sul pela BR-364, mas, a meu ver, o 5º BEC mereceu palmas por ter cumprido a missão que lhe fora atribuída.

Em 1989, visitei o 4º Pelotão Especial de Fronteira, parte do 2º Comando da Fronteira Roraima, do Projeto Calha Norte. O pelotão ficava na Serra do Surucucu, próximo à Venezuela; 120 km a sudeste fica Paapiú, na época de má fama mundial, porque era parte de uma reserva ianomâmi assolada por uma invasão de garimpeiros, com toda a engrenagem infernal para garimpo de ouro, trazendo malária e outras doenças infecciosas.

Havia mais de mil ianomâmis espalhados pelo vasto território fiscalizado pelo pelotão. Do outro lado da pista havia um posto da Funai, seu chefe, uma assistente e uma pequena enfermaria tipicamente ianomâmi, com redes, brasas no chão e teto

de palha. Parecia amistosa a convivência entre o chefe da Funai e os jovens militares que, sem responsabilidade pelos índios, estavam à disposição em caso de emergência. O contingente ainda incompleto do pelotão consistia de 30 oficiais, alguns com mulher e filhos, instalados em casas de alvenaria com excelentes condições sanitárias. Numa discussão sobre a região, um capitão me disse: "Não temos nada a ver com Paapiú, mas conhecemos garimpeiros. Parece que no início se esperava que eles aos poucos povoassem a região. Garimpeiro não presta. Mas eu e alguns camaradas pensamos que um dia, com o devido apoio, talvez possamos nos instalar na área para ficar".

Não me compete opinar sobre o tão controverso, e dispendioso, Projeto Calha Norte. Também não sei se o capitão adiantou o seu plano utópico para inglês ver, mas não há dúvida de que a Amazônia, para ser protegida e, onde for possível, aproveitada, precisará de colonos conscientes e de financiamentos maciços. Que poderão vir somente de fontes estrangeiras e, inevitavelmente, implicarão um mínimo de envolvimento estrangeiro. O chefe de governo alemão, Helmut Kohl, já ofereceu US\$ 150 milhões para projetos de conservação ambiental na Amazônia, prevendo uma certa "cooperação global".

Eu queria saber se esse conceito de "cooperação" infringiria a soberania brasileira.

■ Fay Haussman, jornalista, brasilianista, é coordenadora dos seminários sobre o Brasil na Universidade de Colúmbia (Nova York)